
DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v6n1p84-96>

O CURSO DE PEDAGOGIA: NOVAS PROPOSTAS E A PERMANÊNCIA DE ANTIGOS EQUÍVOCOS

THE PEDAGOGY COURSE: NEW PROPOSALS AND THE PERMANENCE OF OLD MISTAKES

Jonas Emanuel Pinto Magalhães¹

Resumo: Este artigo põe em questão a proposta de reformulação das atuais Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, que surge no bojo da aprovação, em 2019, da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Apoiando-se em pesquisa do tipo bibliográfica, apresentamos um breve histórico das mudanças pelas quais este curso passou, discutimos o estatuto epistemológico da Pedagogia e debatemos a ampliação das possibilidades de atuação profissional dos pedagogos em espaços não escolares. Por fim, argumentamos que tais aspectos relacionados ao estatuto científico e profissional da formação de pedagogos são novamente ignorados pela proposta de reformulação do curso, com o agravante de que tal proposta aponta para um aumento ainda maior da fragmentação da formação docente na educação básica.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia. Pedagogos. Formação de professores.

Abstract: This article calls into question the proposal to reformulate the current Curriculum Guidelines for the Pedagogy Course, which arises in the wake of the approval, in 2019, of the Common National Base for the Initial Training of Basic Education Teachers. Based on bibliographical research, we present a brief history of the changes that this course has gone through, discuss the epistemological statute of Pedagogy and debate the expansion of the possibilities of professional performance of pedagogues in non-school spaces. Finally, we argue that such aspects related to the scientific and professional status of teacher training are again ignored by the proposal to reformulate the course, with the aggravating factor that such proposal points to an even greater increase in the fragmentation of teacher training in basic education.

Keywords: Pedagogy Course. Pedagogues. Teacher training.

¹Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana. Atualmente é doutorando em Políticas e Formação Humana (PPFH/UERJ), onde desenvolve pesquisa sobre os fundamentos políticos, epistemológicos e pedagógicos das competências socioemocionais.

Recebido em: 15/10/2021

Aceito para publicação em: 22/11/2021

1 INTRODUÇÃO

As controvérsias sobre o sentido e os objetivos do curso de Pedagogia no Brasil estão presentes desde a sua criação em 1939. O curso alternou ao longo desses últimos 82 anos suas funções entre a formação de técnicos em educação, professores para o curso normal, professores para educação infantil e ensino fundamental ou ainda especialistas para as áreas de administração escolar, supervisão pedagógica e orientação educacional. Desse modo, a crise de identidade aparece como um traço marcante de sua história e que se traduz mais por disputas políticas envolvendo o Estado e educadores organizados em associações de pesquisa do que por um debate epistemológico e teórico sobre a cientificidade da Pedagogia, o caráter multifacetado e ampliado do fenômeno educativo na contemporaneidade e o estatuto profissional de pedagogos e professores.

Em decorrência disso, o curso tem sido alvo fácil de críticas que apontam para sua fragilidade e, por vezes, inaptidão, para cumprir aquilo que ele mesmo se propõe a fazer na atualidade: formar professores qualificados para a educação infantil e o ensino fundamental. O último desses ataques vem na forma de uma proposta de reformulação das atuais Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, cujo objetivo é especializar e fragmentar ainda mais a formação, sugerindo habilitações e itinerários formativos diferenciadas, no mesmo curso, para professores que pretendam atuar na educação infantil e aqueles que optarem pelo trabalho nos anos iniciais do ensino fundamental.

Neste artigo argumentamos que tal proposta constitui um retrocesso, considerando-se a necessária articulação e continuidade entre esses dois níveis de ensino, a qual depende da atuação de profissionais com uma visão abrangente do processo de formação e desenvolvimento psicossocial dos sujeitos, a partir do qual possam construir projetos político-pedagógicos e intervenções educativas coerentes com esse princípio unitário. Ademais, a proposta de reformulação do curso ignora,

mais uma vez, dimensões fundamentais da Pedagogia como campo de conhecimento e de atuação profissional que não se reduzem à docência, ainda que esta tenha papel destacado e fundamental na configuração desses campos.

O artigo estrutura-se em três partes, além desta introdução e das considerações finais: 2) breve histórico do curso de pedagogia; 3) a defesa epistemológica da cientificidade do seu campo de saber e 4) uma discussão sobre os diferentes espaços de atuação do pedagogo na contemporaneidade, apontando para exclusão desses aspectos no debate atual sobre o curso e seus objetivos.

2 BREVE HISTÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL E A IMINÊNCIA DE UM NOVO CAPÍTULO

O curso de Pedagogia no Brasil foi criado em 1939 como uma das seções da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Inicialmente, esteve voltado para a formação de técnicos em educação (Bacharéis) e de professores para o curso normal de nível secundário (Licenciados).

Em 1962, a primeira reformulação do curso, ao mesmo tempo em que introduz a prática de ensino e amplia a possibilidade de diversificação de estudos, questiona, através do parecer 251/62, sua legitimidade e identidade, apontando para a futura extinção e/ou transformação em curso de formação de professores para o nível primário (atualmente, anos iniciais do ensino fundamental).

Sob a égide da ditadura militar, o curso passa por sua terceira reformulação em 1969, em um contexto marcado pela reforma universitária e pela ênfase dada à formação de recursos humanos, consoante com os propósitos de racionalização e desenvolvimento econômico daquela época. O curso passa então a priorizar a formação de especialistas nas áreas de orientação, supervisão, administração e inspeção escolar.

Nos anos 70, indicações do Conselho Federal de Educação passam a sugerir mais explicitamente a extinção do curso de Pedagogia. Toma corpo um

amplo movimento de educadores em defesa da manutenção do curso. Esse movimento, além de ter conseguido impedir que a extinção se efetivasse, foi ampliando seu escopo de atuação nas lutas pela formação de educadores, vindo a constituir-se, mais tarde, como Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). A ANFOPE é ainda hoje uma das principais entidades representativas dos profissionais de educação no Brasil.

Embora tenha tido êxito na manutenção do curso de Pedagogia, esse movimento não conseguiu aprofundar a discussão e estabelecer um consenso sobre o estatuto científico e epistemológico da Pedagogia. A crítica à fragmentação da formação do pedagogo, ao caráter tecnicista e desvinculado dos problemas da escola pública e à habilitação de especialistas distanciados da prática docente levou a ANFOPE a adotar como mote a ideia de que “a formação do educador deveria ter como base a docência”. A ênfase conferida à docência acabou induzindo muitas universidades a realizarem reformulações curriculares que direcionaram a formação do pedagogo para a atuação na docência da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Aos poucos foi se conferindo ao curso de Pedagogia uma identidade associada quase exclusivamente à formação de professores. Essa concepção acabou sendo reiterada pelas Diretrizes Nacionais do Curso de Pedagogia que, em 2006, estabeleceu como habilitação única para os cursos de pedagogia a licenciatura na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e nas disciplinas pedagógicas dos cursos de formação de professores em nível médio. Reforçou-se, assim, a vinculação do curso de Pedagogia como curso de formação de professores para esses níveis de ensino, desmobilizando e restringindo ainda mais a discussão sobre o estatuto científico da Pedagogia e a formação de pedagogos para atuação em espaços de educação não-escolares.

A discussão sobre a trajetória cambiante do curso de Pedagogia, as oscilações em torno de suas conformações curriculares, bases científicas, perfis formativos e propósitos políticos e profissionais, tem sido realizada por diferentes autores (BRZEZINSKI, 1996; SILVA, 1999; CRUZ, 2011; SAVIANI, 2012; FRANCO;

LIBÂNEO; PIMENTA, 2007) que, grosso modo, sugerem que o curso sofre de uma crise de identidade resultante de determinações histórica de ordem política e epistemológica. Tal crise e determinantes tem reflexos na conformação atual do curso, marcado por descompassos entre as necessidades formativas demandadas pela ampliação dos espaços de atuação profissional do pedagogo e pela subsunção da Pedagogia por outras Ciências da Educação.

Um novo capítulo no desvirtuamento, fragmentação, reducionismo e enfraquecimento da Pedagogia enquanto ciência e profissão encontram-se em curso com a proposta de (mais uma) reformulação das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia apresentadas este ano pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). No bojo das já aprovadas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução 02 de 20 de dezembro de 2019), que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), mudando pela terceira vez em menos de 20 anos a orientação da formação dos curso de licenciatura no Brasil², a nova proposta do CNE para o curso de Pedagogia sugere que, após um período de formação comum, os futuros estudantes de curso optem por uma dessas duas habilitações: Licenciatura Multidisciplinar em Educação Infantil ou Licenciatura Multidisciplinar em Ensino Fundamental com ênfase em Alfabetização, havendo ainda a possibilidade de oferecimento de complementação para atividades de gestão escolar.

Para melhor compreendermos as contradições e reducionismos da formação implícitos nessa proposta, que ignora aspectos científicos e profissionais da Pedagogia, convém discutirmos um pouco mais detidamente aspectos teóricos,

² A referida mudança foi realizada sem que houvesse um processo de consulta, diálogo e discussão com órgãos representativos das Universidades, Faculdades de Educação e entidades científicas, acadêmicas e profissionais, o que gerou profundo descontentamento por parte dessas instituições, expresso publicamente na forma de um Manifesto em repúdio à homologação da Resolução CNE/CP nº 1, de 27/10/2020, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e BNC-Formação. O manifesto contou com a assinatura de entidades de peso como a ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, a ANPED - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, a ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação, o FORUMDIR - Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras e o CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade.

históricos e empíricos que delineiam a Pedagogia enquanto campo de conhecimento e de atuação profissional de professores e pedagogos.

3 A PEDAGOGIA COMO CIÊNCIA E CAMPO DE PRODUÇÃO DE SABERES

Historicamente, a Pedagogia tem sido tratada sob diferentes enfoques e delimitações. Alguns a entendem como a arte de educar. Há os que ressaltam a sua dimensão técnica, chegando mesmo a tratá-la como tecnologia da educação. Também não é raro confundi-la com a Didática ou com a Metodologia da Educação. Nesse debate, o caráter científico da Pedagogia tem sido negado ou, pelo menos, secundarizado. A negação do caráter científico da Pedagogia é uma decorrência de diferentes fatores, mas, de modo geral, o não reconhecimento epistemológico da Pedagogia está relacionado à vinculação que esta ciência tem com a prática e com a definição de finalidades político-pedagógicas. Assim, algumas correntes entendem que, ao ligar-se à prática, a Pedagogia se aproximaria da arte ou da técnica; para outras, ao definir finalidades, perderia a neutralidade científica, podendo constituir-se, no máximo, como uma teoria não-científica da educação ou campo de aplicação de outras ciências. Diferentemente dos posicionamentos aludidos anteriormente, argumentamos em favor do reconhecimento da Pedagogia como a Ciência da Educação. Entretanto, convém discutir o sentido e concepção que a ciência adquire na contemporaneidade a fim de tornar mais claro o sentido de nossa argumentação.

Uma primeira questão que se coloca é: o que chamamos de ciência no contexto dos conhecimentos produzidos em institutos científicos e universidades corresponderia ao sentido dos saberes que, de fato, circulam nessas instituições? Pensando no ensino, que constitui junto com a pesquisa e a extensão, o tripé das universidades, outros saberes como a literatura, a filosofia e aqueles relativos à

formação técnico-profissional de assistentes sociais, engenheiros e advogados estão presentes nos cursos de graduação e na produção acadêmica dos professores-pesquisadores, compondo mais apropriadamente o que poderíamos definir como um conjunto de conhecimentos sistematizados da cultura, ciência e da técnica produzidos historicamente pela humanidade. A concepção histórica de ciência evolui daquelas associadas às ciências ditas exatas, pautadas pelo método experimental, para as tecnociências e ciências aplicadas, passando pela emergência e consolidação das ciências humanas. No entanto, na contemporaneidade, como demonstra autores como Santos (1995) e Morin (2005), a ciência adquire um sentido largo, concernente à produção de saberes científicos, filosóficos, culturais e técnico-profissionais que comportam diferentes critérios de seleção de objetos, linguagens e métodos de produção de conhecimento e respondem, ao mesmo tempo, às críticas sobre o caráter demasiadamente restritivo e excludente do modelo positivista e às demandas históricas postas pela humanidade, sejam elas de natureza econômica, política, teórica ou prática.

Seja qual for a ênfase ao caráter multirreferenciado da Ciência na contemporaneidade, compreendemos que a Pedagogia se faz na dependência das dimensões político-filosófica, teórica e prática. Nesse sentido, podemos dizer que essa Ciência mantém sua vinculação com os meios sem perder de vista os fins educativos. Para isso, faz-se necessário o exercício constante de teorizar a prática e praticar a teoria ao mesmo tempo em que se projetam objetivos, princípios e diretrizes basilares para o processo formativo, educativo e pedagógico. A Pedagogia é assim uma Ciência da *Práxis* e para a *Práxis* (SCHMIED-KOWARZIK. 1983), ou seja, a Pedagogia é um campo de investigação que, além de teorizar sobre a educação em contextos concretos, produz saberes fundamentais para a prática educativa e pedagógica. Nisso se diferencia de outras ciências que também tem a educação com um de seus objetos de investigação, como são os casos da História, da Sociologia e da Psicologia, pois tem os problemas pedagógicos como ponto de partida e de chegada de sua reflexão teórico-prática.

Não por acaso, Libâneo (2005), grande pesquisador do tema, reconhece a Pedagogia como uma das ciências que abordam o fenômeno educativo ressaltando que, embora esta não se coloque em lugar hierarquicamente superior, teria um papel diferenciado, pois seria a ciência integradora dos aportes dados por outras ciências da educação, conferindo o “enfoque propriamente educativo da realidade educacional e educativa” (LIBÂNEO, 2005, p. 71). Pimenta (2011), por sua vez, compreende que a Pedagogia, tendo como objeto a educação enquanto prática social, coloca para si a problemática da “ação de educar” como ato educativo e como intervenção, fazendo convergir o interesse entre investigação (para conhecer) e prática (para agir), o que não ocorre com outras ciências que tem como o objeto, dentre outros, a educação. Já Franco (2008), entende que o objeto de estudo da Pedagogia é a educação em suas múltiplas dimensões e de modo especial a *práxis* educativa. O objetivo da ciência pedagógica seria então o esclarecimento reflexivo e transformador da *práxis* educativa, exercendo sobre ela sua ação teórico-prática, ou seja, a *práxis* pedagógica. Por diferentes abordagens teóricas visualizamos então a especificidade do objeto, do método e dos problemas científicos próprios da Pedagogia que não precisando conformar-se aos padrões e parâmetros de outras ciências merece ter seu estatuto científico legitimado e reconhecido e seu curso orientado por estudos pedagógicos o que, por sua vez, supõe que a identidade profissional dos pedagogos tenha a Ciência da Pedagogia, e não à Docência, com base de sua formação, considerando como veremos a seguir a amplitude do fenômeno educativo e das práticas pedagógicas na contemporaneidade.

4 A AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PEDAGOGO

Embora a escola e a educação escolar sejam por excelência, desde a modernidade, a forma e instituição social a qual associamos e atribuímos a função educativa, é válido lembrar que a educação não é una. Ao contrário, a educação se manifesta cada vez mais na sociedade hodierna por diversificadas práticas

pedagógicas que se realizam através de agentes diversos em diferentes espaços e tendo como público-alvo uma miríade variada e heterogênea de sujeitos e atores sociais. Buscando categorizar tais práticas, Libâneo (2005) identifica três modalidades básicas de educação existentes na atualidade: informal (não-intencional), não-formal e formal (intencionais). A educação informal ocorre como processo formativo não planejado, disperso e difuso que acompanha a socialização. O exemplo clássico é o da educação familiar e das ações dos pais sobre os filhos. A distinção entre a educação formal e não-formal é feita com base no grau de estruturação, sistematização e formalização. Assim, a educação formal pode ser identificada com a educação escolar, a educação profissional, os cursos de formação técnico profissional normalmente conduzidos por instituições formais de ensino, enquanto a educação não-formal pode se associar as práticas educativas dos movimentos sociais, do teatro de rua e de outras iniciativas conduzidas por organizações sociais das mais diversas.

Observamos que, nas diferentes modalidades de educação, vem crescendo, diversificando-se e complexificando-se cada vez mais as ações educativas. Nas áreas de comunicação, entretenimento, cultura, política, serviços, formação profissional, produção de materiais didáticos e pedagógicos são ricas as possibilidades de criação de novos modelos e formas de intervenção pedagógica e educativa ampliadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias. Franco (2008) acredita, entretanto, que exista atualmente um distanciamento entre a esfera das ações educativas e a esfera do exercício pedagógico, em uma sociedade complexa e com forte potencial educacional, mas que dependeria de ações científicas e pedagógicas para transformá-lo em possibilidades educativas, aproximando e reintegrando essas duas esferas (educativa e pedagógica). O caráter intencional e planejado das ações educativas que se dão no âmbito da educação formal e não-formal demandaria a atuação de um profissional que atue pedagogicamente no planejamento, pesquisa e gestão dos sistemas de ensino, na escola, nos espaços culturais, nos movimentos sociais, nas organizações não-governamentais, nas empresas, etc. Esse profissional seria o pedagogo, que conforme descreve Libâneo:

(...) é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. Em outras palavras, pedagogo é o profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações (LIBÂNEO, 2005, p.139).

Historicamente, além da formação de professores para os níveis da educação infantil e do ensino fundamental e para as modalidades de educação de jovens e adultos, educação à distância, e educação especial, dentre outras, o curso de Pedagogia contribuiu significativamente para a formação de profissionais que se ocuparam da gestão administrativa e pedagógica das escolas, da coordenação do trabalho pedagógico dos professores e da orientação educacional e pedagógica dos estudantes. Contudo, o trabalho dos pedagogos na contemporaneidade se expandiu significativamente para os espaços não escolares com destaque para as áreas da cultura, saúde, instituições socioeducativas, mídias, museus, educação ambiental, pedagogia hospitalar, jurídica, social, etc. sendo esses espaços, entretanto, pouco problematizados nos cursos de Pedagogia, tanto no que se refere à sua especificidade, fundamentos e significados político-pedagógicos quanto no que tange a sua relação e interface com a educação escolar.

Contudo, fincados à ideia de que a docência e não a Pedagogia deve constituir a “base identitária da formação do pedagogo” muitos pesquisadores têm ignorado a evidente constatação de que se “todo trabalho docente é trabalho pedagógico, nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente.” (FRANCO; LIBÂNEO; PIMENTA, 2007, p.75).

De certa forma, a nova proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia reitera esse entendimento equivocado e reduzido da Pedagogia enquanto Ciência e campo de atuação profissional, com o agravante de fragmentar ainda mais a formação de pedagogos e docentes ao propor habilitações distintas para educação infantil e ensino fundamental, ignorando o acúmulo do conhecimento teórico e prático da Pedagogia e desvirtuando as contribuições das ciências

auxiliares, como a Psicologia, a Sociologia e a Filosofia da Educação sobre as finalidades, condicionantes e especificidades do processo de desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Pedagogia passou, ao longo de sua história, por reformulações e mudanças que, a pretexto de resolver o problema de falta de identidade própria, acabaram por negligenciar aspectos importantes que configuram um campo de formação: sua base científica e a amplitude do campo de atuação profissional. Apesar disso, o curso resistiu e é hoje o segundo mais procurado no Sistema de Seleção Integrada (SISU)³ e o terceiro em número de alunos matriculados em todo o Brasil⁴, sendo, portanto, alvo de disputas políticas e grandes debates na comunidade científica.

Em nosso entendimento, a proposta posta em discussão pelo CNE desconsidera a concepção da Pedagogia enquanto uma ciência voltada para compreensão do fenômeno educativo em seus múltiplos aspectos e para a intervenção consciente e reflexiva nas práticas pedagógicas, articulando teoria e prática a partir de intencionalidades definidas com base no sentido amplo de humanização dos seres humanos. De outro modo, ignora a multiplicidade de práticas pedagógicas desenvolvidas por pedagogos em diferentes espaços não-escolares (museus, empresas, hospitais, instituições socioeducativas, etc) e fecha os olhos para articulação necessária entre os níveis de ensino da educação infantil e fundamental que se confirma como um processo contínuo e unitário de

³Conforme dados de: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **SISU - Sistema de Seleção Unificada**, [2021]. Disponível em: sisu.mec.gov.br. Acesso em: 06 jun. 2021.

⁴Dados do Censo da Educação Superior divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior**, [2021]. Ementa (descrição). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 nov. 2021.

formação e cujo êxito depende do conhecimento teórico e prático dos professores sobre os fundamentos da educação e da didática que, ainda que respeite as especificidades das fases do desenvolvimento infanto-juvenil, não pode ser cindido em currículos que privilegiem uma ou outra dessas etapas do desenvolvimento e do ensino.

De outro modo, a apresentação de tal proposta construída no âmbito de um órgão consultivo e deliberativo composta por representantes do Estado e da Sociedade Civil prescindiu do debate necessário com instituições de pesquisa da área de educação, associações profissionais, órgãos representativos de classe, instituições de ensino (em especial, as faculdades de Educação) e professores e pedagogos inseridos nos diversos níveis de ensino e modalidades de educação escolar e não-escolar. Não surpreende que a proposta tenha recebido críticas de instituições importantes como a ANFOPE e ANPED. Entretanto, considerando os interesses econômicos, políticos e corporativos em disputa, com destaque para aqueles dos conglomerados privatistas que dominam o mercado da educação superior no Brasil e tem seus porta-vozes CNE, enfrentar mais essa regressão no campo da formação de professores e pedagogos não será tarefa fácil e exigirá mobilização constante, intensa e articulada entre instituições, sujeitos e atores sociais comprometidos com a formação de professores e pedagogos não como práticos, executores e entregadores de conteúdo, mas como profissionais e intelectuais críticos, reflexivos e engajados na e com a Pedagogia em seu sentido mais amplo, como dissemos antes, como Ciência da e para a *Práxis*, e acrescentaríamos nós: uma *práxis* necessariamente humanizadora e emancipadora.

REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. Campinas: Papyrus Editora, 1996.

CRUZ, Giseli Barreto. **Curso de Pedagogia no Brasil: História e formação com pedagogos primordiais**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Elementos para a formulação de diretrizes curriculares para cursos de pedagogia. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], v. 37, n. 130, p. 63-97, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000100005>. Acesso em: 22 nov. 2021

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior**, [2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **SISU - Sistema de Seleção Unificada**, [2021]. Disponível em: sisu.mec.gov.br. Acesso em: 06 jun. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. **Pedagogia Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli. **Curso de Pedagogia no Brasil: História e Identidade**. São Paulo: Autores Associados, 1999.